

**GERAÇÃO DE REPUBLICANAS FEMINISTAS:
DOS TEMPOS DA PROPAGANDA AOS TEMPOS DA REPÚBLICA**

Quero começar por agradecer o convite que me foi dirigido pelo Centro Cultural Emmerico Nunes, na pessoa do Dr. João Madeira, para apresentar a conferência de abertura da sessão desta tarde de sábado no âmbito da investigação em História Contemporânea, abordando o tema da “Geração de republicanistas feministas – Do tempo da propaganda aos tempos da República”.

Felicitando a iniciativa, passo então a apresentar, de modo sucinto, o tema proposto e a traçar uma breve panorâmica de como o pretendo tratar.

“Gerações de republicanistas feministas – do tempo da propaganda aos tempos da República – Mulheres alentejanas” foi o título escolhido para juntar uma série de elementos recolhidos ao longo de cerca de dois anos de uma investigação mais dirigida, procurando ampliar o conhecimento histórico-científico no que às mulheres dizia respeito durante a 1ª República.

Naturalmente, houve necessidade de colocar a fasquia temporal no período anterior à proclamação da República em Portugal, prevendo vislumbrar em 5 de Outubro de 1910 a emergência de perfis femininos proeminentes e cujas biografias e enquadramento em organizações de cariz feminista haviam já sido identificadas.

“Imprensa: amplificador da voz feminina” deu título a um texto que resulta da minha participação numa pesquisa ao abrigo de um projecto sediado na FCSH – CesNova, Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova⁽¹⁾, onde procurei cingir na minha investigação um olhar direccionado para a imprensa durante a 1ª República, procurando o seu lado feminino. Ou, melhor dizendo, procurando as mulheres na imprensa. Contudo, para encontrar as mulheres activas no período da 1ª República, decidi recuar ao seu advento, lembrando o repertório para a imprensa periódica feminina, tal como foi apresentado por Ivone Leal, que continua até hoje como um marco intransponível e uma fonte inestimável de estudo. Porém, a obra de Ana Maria Costa Lopes, *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos* veio trazer novas contribuições, ao perscrutar cerca de 60 publicações portuguesas, editadas entre 1820 a 1890. Seguindo a autora, 1820 e 1890 são:

1
Ver Catálogo da Exposição *Percursos, Conquistas e Derrotas das Mulheres na 1.ª República*, “Imprensa: amplificador da voz feminina”, CML, Lisboa, 2010, 41-48

“datas que estabelecem duas balizas, significativas a vários níveis — histórico-político, literário e cultural –, designadamente no que diz respeito ao problema da instrução e da mudança de mentalidade relativamente à mulher, pelo facto de nele ter desenvolvido extraordinariamente a imprensa periódica. Uma maior liberdade de imprensa e a adesão dos intelectuais a esta forma de comunicação permitiram esta revolução, importante para o presente estudo.

A primeira data como que estabelece em Portugal, o surgimento de uma nova época histórica e política, com o início do Liberalismo, pautada por momentos de grande crise, turbulência e de viragem. Coincide substancialmente com o início da derrota dos Absolutistas. A segunda, determinada pelo ultimatum patenteia simbolicamente o fim de um ciclo em que uma reacção patriótica intensa se contrapunha a um momento de desalento, de dúvida e descrédito político, de desequilíbrio económico e anímico, compensado por muitos intelectuais com uma espécie de regresso emotivo ao passado glorioso, às gestas dos portugueses de outrora, ao orgulho nacional a que não querem, aliás, alheios os primeiros românticos.” (2)

Percorrendo as páginas dos jornais dirigidos por mulheres e/ou dirigidos às mulheres será que entenderíamos uma quota-parte da participação feminina na sociedade coeva? Esta foi a dúvida que impeliu a abrir outros caminhos de pesquisa, tentando encontrar textos de autoria feminina em publicações periódicas na imprensa regional e na imprensa generalista. As autarquias, em particular, nas bibliotecas municipais possuem fontes que necessitam ser obrigatoriamente consideradas e analisadas, envolvendo outros intervenientes com benefício do conhecimento em torno da presença da mulher na imprensa em Portugal, do advento à República.

Ao pesquisar a imprensa generalista, pude detectar que, para além das rubricas publicadas com especial referência a serem dirigidas às “senhoras”, como por exemplo, “Jornal da Mulher”, no jornal *O Mundo* e em “A tribuna feminina” em *A República*, nas páginas do caderno principal existiam textos assinados por mulheres, cuja importância deveria ser notada. A par dessas notícias, apareciam ainda indicações sobre encontros, cursos, e outras actividades orientadas e dirigidas por mulheres. Iniciativas essas em que a participação feminina tinha pontualmente expressão equivalente à de políticos ou figuras masculinas de renome. Ao eleger duas personalidades como as titulares alentejanas Alda Guerreiro e Adelaide Cabete permitir-nos-á dar conta da importância dos estudos desta natureza para a compreensão mais lata do progresso havido ao longo das últimas décadas, no tocante à emancipação feminina.

Alda e Adelaide, aparentemente de um modo inexplicável, emergem do anonimato generalizado em que estão encarceradas até hoje a grande maioria das mulheres que se envolveram a nível local, em lutas pela emancipação feminina, em lutas pela causa da mulher, que na época em que viveram eram ainda e também indissociáveis das causas das crianças. Se, na generalidade, se assume como assustadora a invisibilidade de que elas são alvo, é avassaladora a

2
Ana Maria Costa Lopes, *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos*, 2005, p. 19

expressão dessa invisibilidade que uma leitura tendo por universo o panorama nacional as consigna.

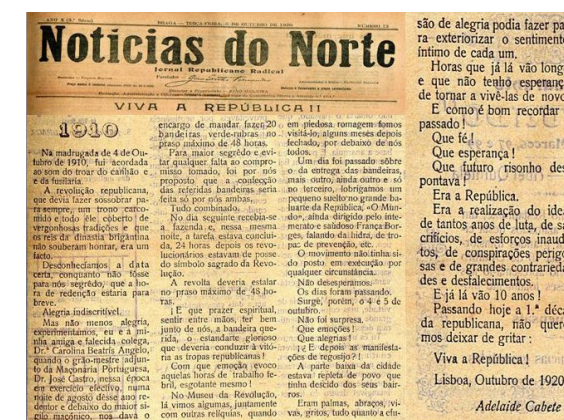
Ao pretender abordar a geração de republicanas feministas não podemos deixar de lado as organizações de carácter associativo, como a Liga Portuguesa da Paz, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, mas também a Associação do Livre Pensamento e a Associação do Registo Civil. (3)

É, pois, no seio de grupos organizados que a proeminência de alguns vultos femininos se promove. Assim, acreditamos que a força conferida pelo grupo em que se inserem permite a uma série de mulheres destacarem-se pelas suas convicções e pelas atitudes que assumem. (4)

Em que reside a singularidade de Alda e de Adelaide? À primeira vista poderia parecer inusitado comparar estas duas mulheres, mas pareceu-me adequado fazê-lo, sobretudo porque tratando-se de duas alentejanas por nascimento, embora de regiões muito diferentes, oferecem um rico manancial para se poder ensaiar uma leitura de tipo interpretativo, em termos socioculturais. Aproximemos um pouco mais o nosso olhar dessas duas mulheres.

Encontram-se pela primeira vez a Norte, bem longe do Alentejo que as vira nascer. Braga, em 1920, une para a posterioridade Alda e Adelaide, republicanas feministas, que ainda hoje ilustram, de modo singular, o papel fundamental que as mulheres protagonizaram na construção da obra da República.

Dez anos após a proclamação da República portuguesa, muitos dos sonhos alimentados em torno do ideal republicano se haviam esfumado já. Contudo, evocando o glorioso 5 de Outubro de 1910, em prosa e em poesia, respectivamente dois textos emergem da voz predominantemente masculina que o periódico de Braga, *Notícias do Norte*, traz à luz ao comemorar o 10.º aniversário da revolução. O tempo dera espaço para dissipar os “adesivos”, mas com firmeza se mostravam inabaláveis estas duas mulheres, nas suas convicções transpostas para a escrita: Alda Guerreiro Machado e Adelaide Cabete firmam os seus testemunhos, relatando a intensidade de uma vivência particular da revolução.



3
Cf. António Reis (Coord.), *A República ontem e hoje*, IHC, Edições Colibri, 2002; Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal*, vol. 1, pp. 290 e ss; e do mesmo autor, *O Republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 1991.

4
Maria Velela em *A Conquista* refere-o, amiúde, explicitamente. A título de exemplo, registamos na p. 53, a seguinte afirmação: “Educação e a emancipação feminina dependem unicamente da associação. Isoladas nada conseguiremos; e a nossa causa, entregue aos baldões da sorte, perderá todo o prestígio.”



Alda Guerreiro Machado (1878-1943), poetisa e educadora republicana foi uma eficaz propagandista a favor da educação popular. Os seus textos não se confinam ao Alentejo Litoral, onde nasceu. Em 1909, funda a “Escola Livre de Santiago do Cacém”, que funciona em sua própria casa, e torna-se pioneira aí também estabelecendo uma “escola técnico-profissional” centrada no ensino artístico de bordados. Foi uma das promotoras das “festa da árvore”⁽⁵⁾ organizadas para a Escola Liberal, mantida pela Associação Liberal da localidade, ainda antes da implantação da República.⁽⁶⁾

A composição poética oferecida por Alda Guerreiro havia sido composta lembrando os momentos em que a revolução se iniciara no Outono de 1910. Assim nos chega um relato na primeira pessoa, deixando uma marca poética forte para um momento que a poetisa quis exaltar:

“Foi no Outono. A tarde era serena e linda.
O sol morria ao longe. O mar caía
Em ondas sobre a praia, e parecia
Num doce marulhar, dizer-nos a sorrir
Um adeus ao passado — aclamando o porvir!
“Vai a remar p’ra o largo um barco que se afasta
Arfando sobre o mar! — O passado fugia...
... No entanto ao longe soa a voz da artilharia.
A Pátria estremeceu amotinada, ardente,
Entusiasta, bela e corajosa, crente
Num futuro melhor! — começara a raiar
O sol da Liberdade. A Pátria embevecida,
Sorrindo ao seu ideal, sente-se palpitar.
Ergue o pendão vermelho e verde — cor da esperança
Que tem no coração.
E vibra generosa, altiva e confiante
A alma da nação!
— Viu-se aqui e além o sangue derramado,
Mas Portugal erguera a fronte alvoroçado
E ressurgira enfim! O povo, nesse dia,
O povo português,
Entregue a si, mostrou o que em sua alma havia —
Valor, heroicidade e brio, e honradez!” (7)

5

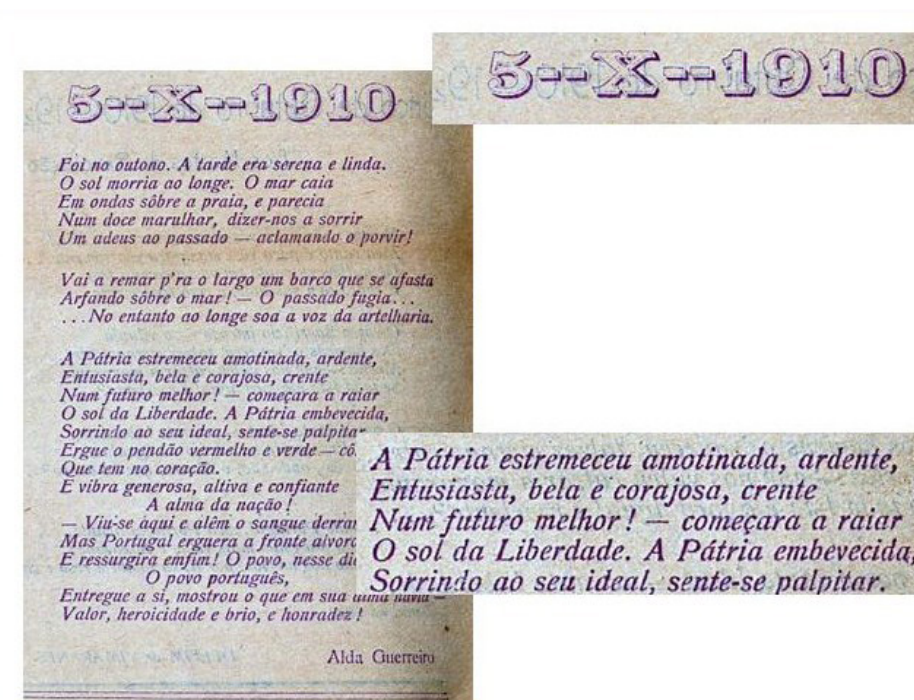
Acerca da “Festa da árvore” consulte-se o texto de Joaquim Pintassilgo, *República e Formação de Cidadãos*, Lisboa, Colibri, 1998.

6

Remeto para a imprescindível leitura da obra que vem sendo criada pelo investigador e dirigente do Centro de Formação de Actividades Pedagógicas Alda Guerreiro, João Madeira, autor dos textos mais significativos revelando os traços biográficos assinaláveis respeitantes a esta dedicada pioneira alentejana.

7

Notícias do Norte, Braga, 1920.



Esta descrição ombreia exemplarmente com aquela que nos oferece Adelaide Cabete (1867-1935), nascida em Santa Maria de Alcaçova e conhecida pelo apelido que adopta do marido, o republicano Manuel Fernandes (1849-1916), logo após o casamento celebrado em 1886. Louise Michel (1830-1905), por seu turno, é o nome simbólico por si eleito ao ser iniciada pelo Grão Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, Sebastião de Magalhães Lima, a 1 de Março de 1907, deixando transparecer a admiração pelo perfil desta revolucionária francesa celebrizada durante a Comuna de Paris em 1871. Ainda durante a monarquia, assistiu e teve parte activa na defesa e na luta pela implantação da República. Sofreu com a falta de liberdade no período da ditadura militar e, em 1929, parte para Angola ensaiando um novo começo. Teve uma vida singular e papel relevante aos mais diversos títulos, vindo a morrer em pleno Estado Novo, a 14 de Setembro de 1935, de forma repentina vitimada por um ataque cardíaco, na sua residência de Lisboa. A sua família conta-se entre as muitas do Alentejo profundo, cujos magros proveitos não permitiam assegurar aos filhos uma educação primária que os excluísse do trabalho diário necessário ao sustento da casa. Contudo, dotada de uma forte personalidade e carisma, o facto de ajudar na apanha da ameixa não a impediu de aprender, nem tão pouco de cantar. Apelidaram-na de mulher forte, como a sua própria compleição nos deixa ver, e a obra legada nos faz constatar. Intrépida pioneira republicana, feminista e maçonaria foi, com Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911), das primeiras médicas a exercer a profissão em Lisboa. Surpreendentemente, ambas foram protagonistas de um papel de relevo, enquanto conspiradoras, pois as suas mãos criaram as primeiras bandeiras republicanas “verde-rubras”, que dois meses depois, a 5 de Outubro, assinalaram a vitória da Revolução.⁽⁸⁾

8

Isabel Lousada, “Em fazenda verde-rubras” in *A Maçonaria e a Implantação da República*, 2009, pp. 78-87.

O facto de ter morrido pouco depois de implantada a República não exclui Carolina Beatriz Ângelo do encontro que ligou pela escrita, em 1920, Alda Guerreiro e Adelaide Cabete, visto ser resgatada pela memória fixada em letra de imprensa:

“Na madrugada de 4 de Outubro de 1910, fui acordada ao som do troar do canhão e da fuzilaria.

A revolução republicana, que devia fazer soçobrar para sempre, um trono carcomido e todo ele coberto de vergonhosas tradições e que os reis da dinastia brigantina não souberam honrar, era um facto.

Desconhecíamos a data certa, conquanto não fosse para nós segredo, que a hora de redenção estaria para breve.

Alegria indescritível.

Mas não menos alegria, experimentamos, eu e a minha amiga e falecida colega, Dr^a. Carolina Beatriz Ângelo, quando o grão-mestre adjunto da Maçonaria Portuguesa, Dr. José Castro¹, nessa época em exercício efectivo, numa noite de Agosto desse ano redentor e debaixo do maior sigilo maçónico, nos dava o encargo de mandar fazer 20 bandeiras verde-rubras no prazo máximo de 48 horas.

Para maior segredo e evitar qualquer falta ao compromisso tomado, foi por nós proposto que a confecção das referidas bandeiras seria feita só por nós ambas.

Tudo combinado.

No dia seguinte recebia-se a fazenda e, nessa mesma noite, a tarefa estava concluída, 24 horas depois os revolucionários estavam de posse do símbolo sagrado da Revolução.

A revolta deveria estalar no prazo máximo de 48 horas.

E que prazer espiritual, sentir entre mãos, ter bem junto de nós, a bandeira querida, o estandarte glorioso que deveria conduzir á vitória as tropas republicanas!

Com que emoção evoco aquelas horas de trabalho febril, esgotante mesmo!

No Museu da Revolução, lá vimos algumas, juntamente com outras relíquias, quando em piedosa romagem fomos visitá-lo, alguns meses depois fechado, por debaixo de nós todos.

Um dia foi passado sobre o da entrega das bandeiras, mais outro, ainda outro e só no terceiro, lobrigamos um pequeno salto no grande baluarte da República, “O Mundo”, ainda dirigido pelo intemerato e saudoso França Borges, falando da hidra, de tropas de prevenção, etc.

O movimento não tinha sido posto em execução por qualquer circunstância.

Não desesperámos.

Os dias foram passando.

Surge, porém, o 4 e 5 de Outubro.

Não foi surpresa.

Que emoções!

Que alegrias!

E depois as manifestações de regosijo?!

A parte baixa da cidade estava repleta de povo que tinha descido dos seus bairros.

Eram palmas, abraços, vivas, gritos, tudo quanto a efusão de alegria podia fazer para exteriorizar o sentimento íntimo de cada um.

Horas que já lá vão longe e que não tenho esperança de tornar a vivê-las de novo.

E como é bom recordar o passado!

Que fé!

Que esperança!

Que futuro risonho despontava!

Era a República.

Era a realização do ideal de tantos anos de luta, de sacrificios, de esforços inauditos, de conspirações

perigosas e de grandes contrariedades e desfalecimentos.

E já lá vão 10 anos!

Passando hoje a 1.^a década republicana, não queremos deixar de gritar:

Viva a República!” (9)

Não se terá ficado a dever ao acaso “a união” destas duas notáveis republicanas, Alda e Adelaide. Se bem que não seja certo terem-se conhecido pessoalmente; pelo menos, comprovamos o seu encontro virtual pelas páginas do jornal bracarense, assinalando a passagem da 1.^a década da República. Este facto cria oportunidade para cingir dois perfis que, como veremos, muitas afinidades partilham para além do espaço geográfico das suas terras natal.

Apesar dos cerca de 10 anos que as separam, que hoje nos poderão parecer irrelevantes, e da sua origem social diversa, quer a médica Adelaide Cabete, quer a poetisa Alda Guerreiro se uniram aos militantes pela causa do livre-pensamento no advento da República. Este será um dos aspectos mais notório do envolvimento de algumas mulheres que não deixaram de pugnar pela justiça social, pela igualdade e muito em particular, pela instrução, mais concretamente, pela instrução das mulheres do povo. Em suma, mais de uma década entre a data de nascimento de Adelaide Cabete no Alentejo Interior e Alda Guerreiro no Alentejo Litoral marcam duas gerações, não obstante conscientes da necessidade de se envolver na causa por que se batiam, souberam em muitas iniciativas levar mais longe a ideia republicana que as animava antes de serem proclamada a República.

A imprensa⁽¹⁰⁾ foi o palco para muitas das batalhas que ambas encetaram e são delas exemplo os inúmeros textos que podemos associar quer a Alda, quer a Adelaide. Logo em 1901, celebrando o nascimento da imprensa portuguesa, Alda Guerreiro assina a composição poética intitulada “A Imprensa” revelando o quanto dela esperava:

“Num santo entusiasmo a alma se ilumina!

É sublime a missão a que vos dedicais!” (11)

Comungando o mesmo ideal, registamos o seguinte excerto da autoria de Adelaide Cabete:

“A imprensa, como orientadora da sociedade, corre o indclinavel dever de lavar o seu protesto contra a estúpida e assoladora usança, reclamando para ella toda a severidade das auctoridades.” (12)

9

Adelaide Cabete, *Notícias do Norte*, Braga, 5 de Outubro, 1920, p. 3.

10

“Imprensa: amplificador da voz feminina”, in *Catálogo da Exposição Percursos, Conquistas e Derrotas das Mulheres na 1.^a República*, CML/BMRR, 2010, pp. 41-48.

11

Enciclopédia das Famílias, 18 Março, 1901.

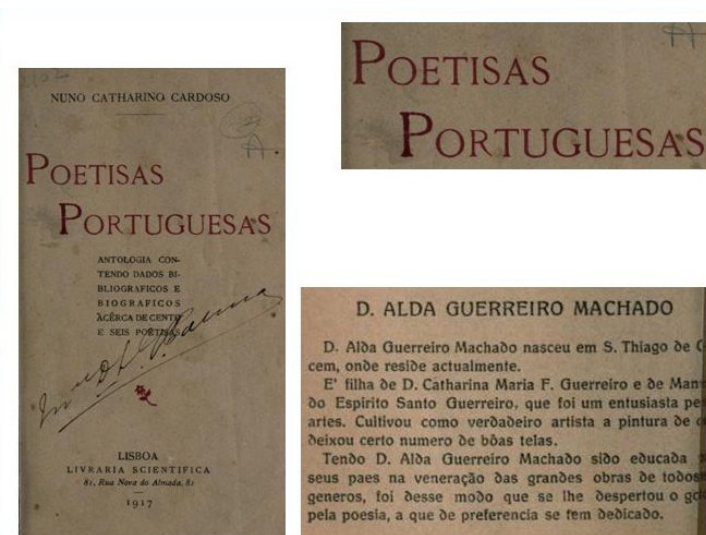
12

A Pátria, “Vandalismo”, n.º 21, 23 de Maio de 1909, p.1.

E se Alda Guerreiro “recebeu cuidada educação, tendo-se dedicado, com empenho, à causa da instrução pública, quer ensinando, quer escrevendo na imprensa”⁽¹³⁾ procurou sempre promover a instrução dos mais humildes, tendo sido pioneira no estabelecimento de uma escola, provendo à educação feminina em sua própria casa, como já mencionámos. Vemos pois que é na imprensa presença assídua⁽¹⁴⁾.



“A causa da instrução popular merece também especial atenção a esta Poetisa, que por meio de artigos e do ensino, tem tentado combater o analfabetismo.”⁽¹⁵⁾ É também na imprensa que a vemos pronunciar-se acerca da festa da árvore:



13
Dicionário de Mulheres Célebres, p. 756.

14
O historiador e investigador Dr. João Madeira tem dedicado um esforço considerável na tentativa de recuperação dos textos de Alda Guerreiro que se encontravam dispersos num grande número de periódicos. O *Alvanéo*, a *Enciclopédia das Famílias*, guardam muitas das composições assinadas pela poetisa, embora saibamos que outros dos seus trabalhos possam ainda vir a ser localizados, estando eventualmente inéditos.

15
Nuno Catarino, *Poetisas Portuguesas*, p. 167.

“A árvore ainda tenra é quase uma criança.
Devem crescer a par os símbolos da esperança!
No decorrer da vida andarão sempre unidas,
Em dias de ventura, em horas doloridas.
Planta que se diz berço e nos sorri em flores
Com pétalas de neve a decantar amores;
Árvores que nos dão os frutos de tentar,
Fantásticas se as beija um raio de luar;
De sombra apetecido, à beira dos caminhos,
Protege o pobre e abriga o lar dos passarinhos.
E quando acaso um dia a golpes de machado
O tronco altivo cai, bondosa ainda na morte,
Ela que foi tão linda e poderosa e forte,
Deixa-se retalhar. — Do tronco faz-se um leito,
Um berço, um barco, um remo...
Vedes como do mar a vaga reluzente,
A barquinha de pesca embala docemente?
Foi árvore, e então cheia de viço e cor,
Criou raiz na terra e produziu a flor.
A madeira que forma o mastro do navio,
Sentiu em pequenina os ardores do estio
Na folha delicada; e grandes caravelas
Foram no pinhal das árvores mais belas!
O casco dessa nau que estranha intrepidez
Levou até à Índia a nome português,
Foi planta que oscilava ao sopro da nortada,
O audaz navegador à sombra da ramagem,
Sonhou talvez um dia a triunfal viagem!
.....
E arrulham no arvoredo em bando as pombas mansas,
Na árvore que acalenta o sono das crianças!”⁽¹⁶⁾



16
Alda Guerreiro, “Árvores”, 9-3-1913

A festa da árvore, mesmo antes da República, teve como promotora a médica republicana Adelaide Cabete, que nela via um modo simbólico de participação cívica, denunciando os obstáculos à sua realização:

“A humanidade, transida ainda dos horrores que as religiões lhe infligiram, procura despedaçar as gargalheiras, que ela própria forjou e volve olhares complacentes para a natureza-mãe.

Mal refeita ainda dos sobressaltos causados pelas hecatombes das guerras religiosas das Índias, que o passado lugubrememente estampou na retentiva da história, começa a balbuciar em honra da natureza um cântico de amor.

Ainda um suor frio lhe inunda a fronte pálida, ao ver num terrificante quadro o massacre de sessenta mil albigenses, perpetrado pelos cruzados do papa Inocêncio III, que em 1209 irromperam em Béziers, e já no meio olvidade preludia hymnos de esperança de melhores dias.

Ainda um imenso calafrio a invade toda, ao recordar a noite de 24 de Agosto de 1572, em que se iniciou a matança de mais de trinta mil huguenotes, matança que em menos de dois meses se elevou a mais de setenta mil, obra preparada pelo santo papa Pio V e levada a cabo pelo bandido coroado que foi se chamou Carlos IX e a hyena Catharina de Medicis, sua diga mãe, que na ocasião, para festejar a carnagem, enviou de presente ao santo padre a cabeça do almirante de Coligny, e já começa a levantar hossanas à donosa terra-mãe.

Ainda castanhola de pavor ao lançar a vista desvairada para os milhares de corpos calcinados nas pyras da inquisição, e, trejeitando um movimento de desdém por tudo quanto lhe fale de religiões, padres e reis, volve olhos amorosos para uma incipiente religião naturalista — o culto da natureza-mãe.

A humanidade, afrontada e dizimada pelos horrores que as religiões lhe têm causado, já não pode ver com bons olhos os agentes de tais horrores, embora despidos da antiga violência, e caminha decidida para um pautheísmo inocente e amável, evocado da Grécia e Roma.

Outra coisa não significa a festa da árvore, que se vai generalizando. O espírito do passado, porém, que é o espírito das religiões, o espírito do mal, o espírito das trevas, pretende reagir contra o novo espírito que surge. Já se manifestou em Setúbal na criminosa amputação das árvores, ali plantadas por ocasião da festa da árvore.

A psicologia deste espírito abominável é a mesma que dirige a mão vandálica que em vinte de Maio corrente invadiu os campos para brutalizar ricas e ubertosas messes de trigo. Não acho palavras suficientemente duras para estigmatizar tão condenável usança. À imprensa, como orientadora da sociedade, corre o indeclinável dever de lavar o seu protesto contra a estúpida e assoladora usança, reclamando para ela toda a severidade das autoridades.” (17)

Pelos elementos enunciados, constatamos a proximidade de convicções partilhadas pelas duas alentejanas que temos vindo a comparar. Imbuídas de um espírito republicano que radicava na expressão do livre pensamento, ambas combateram o fanatismo, revelando o seu anti-clericalismo.

“Provavelmente animados com a crescente implantação e apoio que vinham granjeando a nível local, os republicanos resolvem constituir, em 1 de Janeiro de 1910, a Associação Liberal de Santiago do Cacém que

criou a Escola Liberal, uma escola particular que rapidamente viu o seu número de sócios e alunos crescer e que é um exemplo da importância que os republicanos davam ao ensino. Esta escola defendia um modelo de ensino livre que cruzava a necessidade de ensinar a ler e a escrever com a educação cívica. Uma das fundadoras e principais impulsionadoras desta escola foi Alda Guerreiro que num artigo de opinião diz:

«Ensinar a ler, é muito, mas é necessário mais; deve-se ao mesmo tempo saber inculcar nas almas das crianças ideias de liberdade e de justiça. Educar-lhes o espírito, e mais ainda, educar-lhes os corações [...] É preciso fazer compreender às crianças a grande necessidade de adquirir conhecimentos, desenvolvendo o gosto pelo estudo.» (18)

Muitas destes ideais coincidiam com a força instigadora da própria maçonaria (19), a que Alda e Adelaide pertenciam. Na Cartilha Nova já Tomás da Fonseca nos deixa essa confirmação:

“Hoje [1911] é essa a vossa maior falta: sem escolas não há independência nem progresso.

Os verdadeiros padres somos nós os professores primários e a escola a verdadeira igreja.” (20)

E nas palavras de Adelaide Cabete se confirma a importância dada à instrução em inúmeros momentos da sua vida. “A mulher e a leitura” é um dos textos em que Adelaide expressa veementemente, o primado da educação, diz-nos então:

“Tenho tido sempre a preocupação de que o caminho mais seguro da mulher portuguesa chegará perfectibilidade de verdadeira feminista é pela instrução [...] quando digo instrução, não quero dizer cursos, ou mesmo exames, seria realmente belo, que todos tivessem ao menos o primeiro exame primário, tanto mais que, em Portugal, se faz apenas em 4 ou 5 anos [...] mas o que eu desejava era que toda a mulher que soubesse ler se instruí-se por si própria, lendo sempre todos os dias, ao menos alguns minutos, mesmo aquelas que dizem que os trabalhos domésticos e manuais não a deixam pegar em livros”. (21)

A importância que Adelaide Cabete coloca na instrução revela, principalmente no que respeita às professoras e educadoras, a defesa de um estatuto e remuneração profissionais adequadas às funções educativas desempenhadas pelas mulheres.

“A mestre-escola deve ganhar tanto como qualquer outra professora, pois é ela quem mais trabalho tem conosco e de quem conservamos por toda a vida mais doce recordação. Não é ela a nossa segunda mãe?” (22)

A aposta na instrução e muito em especial no combate ao analfabetismo feminino foi desde há muito identificado como um dos pilares da actividade maçónica e/ou para-maçónica (23) no advento da República. Sobre este aspecto, torna-se particularmente relevante fazer menção à Liga Nacional de Instrução

18

Actas do 1.º Encontro de História do Alentejo Litoral, 2009, pp. 80-81.

19

Vejam-se alguns textos de Luís Vaz, *O Pensamento Anticlerical de Brito Camacho*, Hugin, 2004; *Clericais e Livres-pensadores – grande confronto 1895-1937*, Grémio Lusitano, Lisboa, 2002.

20

Cartilha Nova, “Para o José Povinho ler à noite ao João”, Edição do Grémio, 1911.

21

Adelaide Cabete, “A mulher e a leitura” in *O Povo*, 1 de Outubro, 1928.

22

Adelaide Cabete, “Instrução popular: as mulheres no professorado primário” in *Revista Pensamento* Novembro, 1930, 175.

23

V. António Candeias, *Educar de Outra Forma*, “O papel da mulher em Portugal nos primeiros trinta anos do nosso século: republicanos, anarquistas e um movimento feminista”, pp. 370-375. E também “A educação e a mulher na 1.ª República”, pp. 376-378

17

A Pátria, “Vandalismo”, n.º 21, 23 de Maio de 1909, p.1.

e aos congressos pedagógicos de instrução primária e popular, 1908; 1909; 1912 e 1914 e à Escola-Oficina n.º1:

“Verdadeiramente liberal pelos seus fins e progressiva nos seus processos de ensino, que de ano para ano se vão aperfeiçoando e mostrando em resultados palpáveis a sua vantagem sobre a rotina oficial.”⁽²⁴⁾

Assumindo particular expressão os Centros Escolares Republicanos e a missão das escolas móveis. *O Mundo*, logo em 1907, deixa-nos saber que Ilda Adelina Jorge (Bulhão Pato) será encarregue da missão das escolas móveis pelo método João de Deus:

“Está despertando o mais carinhoso interesse a missão escolar que a benemérita Associação das Escolas Móveis concedeu à Escola Liberal de Setúbal para a auxiliar na sua árdua tarefa de educar e instruir o povo, que tanto carece de ser e evado aos seus próprios olhos.

Esta missão, entregue à simpática professora D. Ilda Jorge, que é uma verdadeira propagandista apaixonada e crente, está destinada a ser um magnífico exemplo a seguir por quem, a sério e conscienciosamente, queira desempenhar-se do encargo de ensinar a ler, não só as crianças como a gente adulta.

A missão, que é frequentada por um número elevadíssimo de crianças de ambos os sexos, de seis anos para cima, foi desdobrada pela distinta professora em duas turmas, o que lhe aumenta o trabalho, mas dá magnífico resultado para as crianças que num mês têm feito progressos extraordinários.

À noite é o curso de mulheres, que aceitaram esta ocasião de aprenderem a ler com uma boa vontade e entusiasmo, que só nos enche de satisfação, por vermos que a mulher portuguesa, mesmo no povo, já não é o ser apático e indiferente, que nada desejava e nada fazia fora do trabalho embrutecedor ou da ociosidade perigosa.

Abençoadas as mulheres que assim fazem uma grande obra redentora, só pelo simples facto de desejarem instruir-se!

Muitas pessoas e entre elas professores e militares encarregados da escola regimental dos recrutas, têm ido ouvir as claras e intuitivas explicações do método dadas pela professora, o que é dum largo alcance para o futuro.”⁽²⁵⁾

No entendimento de Alda e Adelaide, a mulher instruída estaria fortalecida e apta a sair da condição de semi-escravatura em que gravitava a grande maioria da população feminina portuguesa. Essa convicção, aliás, seria partilhada por homens e mulheres liberais no dealbar da República.

“nós temos fatalmente que opor-lhe um dique, que levantar uma muralha [...] essa muralha podemos nós, minhas senhoras, com as nossas mãos tão frágeis, facilmente construir. Nem todas as mulheres estão fanatizadas. Há muitas livre-pensadoras entre nós. [...] A essas escolas reaccionárias, donde a estupidez, a hipocrisia, o vício e a crápula se despenham em funesto caudal, oponhamos nós a escola laica, a escola livre, a escola dos livre-pensadores!

24
Isabel Lousada, “Escola-Oficina N.º1 (1905-1930)” in *4 Roteiros Feministas na Cidade de Lisboa*, vol. 1, UMAP/FE, Lisboa, 2010, pp. 22-26.

25
“Vida educativa” in *O Mundo*, 30 de Novembro, 1927.

26
Maria Veleda in *A Conquista*, pp. 68-69.

Os centros republicanos, conquanto estejam prestando serviços relevantíssimos à causa dos oprimidos, são poucos ainda, e o seu meio de acção é ainda muito restrito.”⁽²⁶⁾

Aludido às gerações de republicanas feministas, quisemos associar Maria Carolina Frederico Crispim, que se tornou mais conhecida através de um dos seus nomes simbólicos, Maria Veleda (1871-1955), algarvia, educadora e uma das principais figuras femininas durante a 1.ª República. No decorrer da sua intervenção cívica, acompanhando as pioneiras livre-pensadoras que até agora trouxemos à colação, procurou afirmar o ideal de uma escola laica.

É ainda Maria Veleda, a afirmar-se a favor do regicídio na imprensa coeva, como podemos ler a partir da transcrição seguinte:

“Morreu um rei? Antes ele de que um homem!

Os reis porque os embalsamam, são inúteis até na morte. Mas os homens, na eterna decomposição da matéria, vão dar vida aos vermes e colorir o seio perfumado das rosas!”⁽²⁷⁾

Revelando-se Maria Veleda, muito radical, ultrapassando o conceito que Alda Guerreiro virá a traduzir noutros termos, mais próxima da visão dos livres-pensadores contemporâneos:

“Para nós não é mais importante o óbito de um rei do que o de um simples cidadão.

A morte de Buiça e Costa, lamentavelmente, foi uma morte necessária, a que o tempo, o único juiz sereno, veio dar razão.

O ditador foi exonerado.

O decreto assinado por D. Carlos foi revogado por D. Manuel.

Os presos foram colocados em Liberdade.

A República foi proclamada.”⁽²⁸⁾

O texto seguinte foi escrito por Alda Guerreiro, escreve na sequência do regicídio⁽²⁹⁾ (após 1 de Fevereiro de 1908), colocando a tónica na dor da viúva e mãe de Sabino da Costa⁽³⁰⁾, morto nesse mesmo dia:

“Nesta crise que vamos atravessando, neste período de dificuldades e incertezas, eu não viria de modo algum falar sobre a política do país, comentar os actos do chefe de estado ou dos seus ministros. Como, e para quê? O passado pertence já à história, o futuro não posso prevê-lo, e do presente nada saberia dizer, como mulher a quem, de mais, lhe negam direito de se ocupar de semelhantes assuntos. Escrevo unicamente como portuguesa a quem não podia deixar de comover os últimos acontecimentos do país.”

[...]

“Nas colunas de uma revista muito folheada pela primeira sociedade de Lisboa fala-se e lamenta-se a

27

Maria Veleda, “As mulheres portuguesas – A propósito” in *A Vanguarda*, 1908.

28

Luís Vaz, *As mortes que mataram a monarquia*, Occidentalis, 2009, p. 161

29

Texto inédito e em estudo pelo historiador João Madeira, a quem agradeço a sua consulta.

30

Sabino da Costa [João Sabino da Costa], (1887-1908), nascido em Santa Maria Maior, um madeirense que residia há 11 anos em Lisboa, levado pela sua mãe com o irmão 2 anos mais novo, após a morte do pai. Sabino da Costa era empregado de uma ourivesaria, quisera em tempos seguido o sonho de carreira militar, chegando a cabo. Sua mãe, Brígida Teixeira da Costa. Só no dia 5, 4 dias após o regicídio, pelas fotos divulgadas o jornal *O Século*, um seu conterrâneo identifica o jovem rapaz morto. A mãe é avisada de que o filho poderia ter sido preso durante os acontecimentos no Terreiro do Paço, pois não chegara a regressar nunca à loja onde trabalhava na Rua do Arsenal e de onde saíra para ir ao correio.

morte de Sua Majestade e Alteza, lamenta-se a dor das rainhas e comparando-as à doce e lacrimosa Mãe de Jesus, chamam-lhe duas Mães Dolorosas; pois nem na desventura haveremos de unir o povo à realeza? [...] Na tragédia desenrolada há dias existem Mães Dolorosas, não são só suas majestades as rainhas! Mas três. É a mulher do povo, a mãe do Sabino Costa.”

Leitora atenta, Alda seguia os jornais que iam fazendo notícia, analisa criticamente algumas das posições tomadas e as imagens que a imprensa parecia teimar querer fazer passar. Alda Guerreiro, perante a imagem do regicídio que foi registada e circulou além-fronteiras, muito para além dos dias em que havia sido captada, nota, em particular, o dever de não distinguir o sofrimento, a dor de duas mães perante a violência da morte de seus filhos. A rainha D. Amélia foi fotografada. Esse instantâneo correu mundo e mereceu a Portugal duras críticas, além fronteiras, mercê da apropriação dessa imagem, espelhando a morte da monarquia, correlata de um assassinato cruel a sangue frio, deixando uma mulher no pior dos lutos. "Alda Guerreiro não poupa palavras, reforçando que se tratou de um acto condenável porém, apesar de tudo e revelando uma inteligência ímpar, defende que a crueldade do momento encontrava-se, sobretudo, na diferença social da partinha da dor".

Unidas pelas desventuras, cruel seria distinguir a dor da mãe de Sabino Costa e a mãe do príncipe herdeiro D. Luís Filipe. E esta mulher do povo, também viúva, a quem o destino deixara só para criar os dois filhos, vem para Lisboa acabando por ser vítima de um desfecho trágico pela morte do seu filho. Para Alda Guerreiro, quaisquer destas mulheres é digna de pena sem qualquer diferença.

O que terá justificado a nossa escolha destas duas mulheres foi por um lado, o encontro entre Alda e Adelaide, a 5 de Outubro de 1920, por outro, o facto de serem ambas alentejanas e o palco desta comunicação ter sido a cidade de Sines.